

COLEÇÃO CLÍNICA PSICANALÍTICA
Dirigida por Flávio Carvalho Ferraz

PSICANÁLISE DA FAMÍLIA

Belinda Mandelbaum



Casa do Psicólogo®

1.

FAMÍLIA: TRAGÉDIA, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Talvez o primeiro trabalho psicanalítico com uma família tenha sido feito por Freud. Nos primeiros anos do século XX, ele atendeu em algumas consultas o pai de um menino de cinco anos, Hans, que sofria de uma fobia por cavalos que o impedia de sair às ruas (Freud, 1976a). Em função da distância, porque a família morava em outra cidade, e porque Freud não atendia crianças, era com o pai, também psicanalista, que ele conversava e tentava compreender a fobia do menino. Sua intenção era de que as interpretações nascidas daqueles encontros pudessem ser transmitidas à criança. Dessa forma, Freud cuidava do filho através do pai que, em seu entender, fazia parte tanto das causas dos transtornos do menino quanto, agora, através das interpretações veiculadas, também de sua cura.

Freud teve como eixo central de compreensão da fobia de Hans o complexo de Édipo, uma configuração psíquica das relações familiares construída pelos desejos e temores infantis que é, a um só tempo, fonte de intensa angústia para a

criança e núcleo estruturante de sua formação. Acompanhar o desenvolvimento do pequeno Hans e de sua fobia era uma oportunidade valiosa para Freud observar *in loco* e pôr à prova a sua teoria do complexo de Édipo como eixo central organizador da estruturação psíquica de todo ser humano.

O que Freud cunhou com o nome de complexo de Édipo é uma trama familiar: todo menino pequeno, em seus primeiros anos de vida, desejaria possuir a mãe de forma total e exclusiva, desejaria para si todo o amor dela e, para realizar este desejo, fantasia eliminar seu maior rival, o pai, que o ameaça de tomá-la por inteiro para si. E porque deseja eliminar o pai, porque faz dele o seu rival, teme-o, e esse temor se expressa no que Freud chamou de angústia de castração – a fantasia aterrorizante de ser castrado pelo pai, em represália aos seus desejos hostis. Movido por esse temor, para preservar sua integridade, o menino abdicaria de sua rivalidade com o pai e do projeto de ter a mãe só para si. Ao invés disso, identifica-se com o pai, com os atributos de qualidade e de poder que vê nele, e dirige os seus interesses e desejos para outras pessoas e outros objetos do mundo. Isto constituiria, em linhas gerais, a superação do complexo de Édipo, que significa aceitar um limite, uma proibição primordial – a proibição do incesto. É assim que, para Freud, o menino insere-se numa ordem social e passa a ter os seus desejos regulados por uma lei que o lança a buscar os seus objetos de amor e desejo fora do núcleo familiar.

O pequeno Hans estava, de acordo com a análise feita por Freud, no período em que seu pai ia às consultas, em meio ao

turbilhão de seus desejos e temores edípicos. Mas sua rivalidade em relação ao pai, bem como os temores em relação a ele, teriam sido transferidos para os cavalos, esses enormes animais de pênis grande (na ótica do pequeno menino). Os cavalos eram representantes do pai temido, daí a fobia por eles. Ao transferir o seu temor para os cavalos, o menino evitava a angústia na relação com o pai amado e admirado. E dos cavalos cuidava de não se aproximar, evitando as ruas. Para Freud, essa trama complexa, de sentimentos de amor e ódio que constituíam as relações de Hans com seus pais, precisaria ser interpretada para ele para que compreendesse o sentido de seus temores e pudesse libertar-se de sua fobia. Curioso é que esse sentido, de acordo com o plano de tratamento estabelecido por Freud e o pai do menino, seria veiculado ao filho pelo pai, portanto por quem era a fonte e o alvo desses sentimentos. Hans teria assim a oportunidade de elaborar suas angústias junto ao pai, falando sobre elas com ele.

O nome de complexo de Édipo foi extraído por Freud de uma tragédia de Sófocles (Sófocles, 1977), escrita no século V a. C. É uma tragédia em família: Laio, o rei de Tebas, casa-se com Jocasta e tem com ela um único filho. Como antes do casamento um oráculo divino predissera que o menino nascido daquela união mataria o pai e viria a casar-se com a mãe, Jocasta, na tentativa de impedir a realização desse destino, dá o filho recém-nascido a um pastor, para que este o mate. Este, com pena, amarra o bebê pelos pés a uma árvore, em vez de matá-lo. Um pastor de Corinto, ao passar por ali, vê a criança

amarrada, apieda-se e leva-a aos reis de sua cidade, que não tinham filhos. A criança é então adotada por eles, que o chamam Édipo, que, em grego, quer dizer "o que tem os pés inchados". Já adulto, Édipo ouve de um conviva bêbado, num banquete, que ele não era filho legítimo de seus pais. Angustiado, consulta um oráculo que lhe prediz o que Laio já escutara, ou seja, que ele será parricida e incestuoso, e, de seu casamento, nascerá uma prole nefanda. Para escapar do destino, Édipo foge de Corinto, pensando, assim, afastar-se de seus pais. Numa encruzilhada de estrada, entra em disputa com uma pequena caravana formada por um velho homem e dois ou três serviçais que o escoltam. Na briga, Édipo mata o velho homem, que era Laio, seu pai legítimo, sem o saber. Também sem o saber, inicia ali a cumprir o destino que lhe fora profetizado pelos deuses. Seguindo o caminho, Édipo aproxima-se de Tebas e, nas portas da cidade, defronta-se com a Esfinge, monstro que propunha difíceis enigmas aos que por ali passavam e despedaçava aqueles que não os resolviam. Creonte, irmão da rainha Jocasta, havia prometido por toda a Grécia que daria a coroa e a mão da rainha Jocasta a quem decifrasse esses enigmas e livrasse Tebas do terrível flagelo. Édipo enfrenta a Esfinge, que lhe pergunta: "Qual é o animal que pela manhã anda com quatro pés, ao meio-dia, com dois, e pela tarde, com três?" Édipo diz que é o homem, que, na infância, engatinha, na idade adulta, anda sobre os dois pés e, na velhice, apoia-se num bastão. Decifrado o enigma, a Esfinge precipita-se no abismo e Édipo recebe, como prometido, a mão de Jocasta em casamento e a coroa de Tebas. Cumpre,

novamente sem o saber, o seu destino. Durante anos reinou em paz, até que uma peste devastadora se abateu sobre todo o país, como uma epidemia que dizimava homens e plantações. Consultado mais uma vez, o oráculo revela que a epidemia é consequência de não terem, os tebanos, vingado a morte de Laio. Édipo ordena então que se investigue, encontre e puna o assassino. Durante as investigações, descobre, horrorizado, ter sido ele mesmo que, sem o saber, matara o pai e casara com a mãe. Jocasta, desesperada, enforca-se com uma corda. Édipo, ao vê-la morta, arranca, de seu manto, agulhas que o adornavam e, com elas, dilacera os olhos, cegando-se.

Nas tragédias gregas, em que são poetizadas tragicamente as inquietações relativas ao destino, o campo familiar é o território privilegiado para a exploração do complexo interjogo dos homens e das divindades, na tentativa de desvendar os desígnios dos deuses e buscar uma solução de compromisso entre os modos de funcionar da lógica divina e o modo do acontecer humano. Freud, ao refer a tragédia de Sófocles, encontrou nela o espaço para conter alguns dos principais elementos de seus achados que, como bem sabemos, implicam sempre uma vida familiar. Se ele assim pôde operar, retomando um texto de aproximadamente 2300 anos num contexto totalmente diferente, é exatamente porque, no interior da tragédia, encerra-se um drama familiar capaz de significar com intensidade emotiva para além do contexto sociocultural em que a própria tragédia encontra-se circunscrita. Para além do drama advindo da relação entre as contradições da justiça divina e dos anseios humanos,

é o núcleo do intenso entrelaço emocional carregado de contradições entre os membros de uma família que permitiu essa releitura da tragédia de Sófocles e a reelaboração de Édipo num complexo capaz de apontar para o miolo do drama humano, desta vez destituído de seus vínculos com o sagrado, tais como compreendidos pelo mundo grego, e integrado a uma compreensão que encontra na tragédia a figuração propícia para pôr em manifesto a dinâmica pulsional em jogo no processo de humanização de cada homem, processo este que Freud sempre posicionou no interior de uma cena familiar, a qual é sempre dotada das potencialidades necessárias para fazer sucumbir ou desenvolver cada homem, isto é, que ele adoeça profundamente ou que promova o seu desenvolvimento. Por isso, podemos ler e ficar impactados com a tragédia, mesmo se a abstrairmos de seu contexto ideológico.

Todos nós nascemos e estamos, de algum modo, inseridos numa família durante todo o percurso de nossas vidas. Todo ser humano constitui, nas palavras do antropólogo Lewis Morgan (1981), "o centro de um grupo de parentesco e, portanto, é obrigado a compreender e usar o sistema [de parentesco] vigente". Mas, quando falamos de *família*, a que nos referimos? Na sociedade ocidental contemporânea, de maneira geral, referimo-nos à família nuclear – aquela composta por um par heterossexual casado, monogâmico, unido por laços sentimentais, por uma cooperação econômica contínua e por um interesse comum ligado ao cuidado da prole. E, de fato, esse arranjo familiar está fortemente implantado em nosso

imaginário porque corresponde à forma predominante pela qual as famílias organizam-se em nossa sociedade. Tão ponderante é ele que Elisabeth Roudinesco (2003), em seu livro *A família em desordem*, chama a atenção para o fato de que mesmo casais homossexuais, em luta em muitos países do Ocidente pela legalização de suas relações, reivindicam o direito de constituírem famílias segundo este modelo, constituindo lares independentes, com autonomia econômica e filhos sob seus cuidados – relações familiares que possam ser regidas pelos mesmos códigos do direito civil que as famílias compostas por casais heterossexuais, que tanto e por tanto tempo repeíram as preferências homossexuais. Em nosso país, o trabalho da demógrafa Elza Berquó (1998), *Arranjos familiares no Brasil*, traça um perfil da estrutura populacional brasileira em seu processo de transformação ao longo de um período que vai de fins do século XIX até meados dos anos 90 do século passado, processo este que é resultado das mudanças nas formas e concepções de viver e sobreviver de nossa sociedade, mudanças por sua vez dependentes das transformações econômicas, sociais e culturais que tiveram lugar no decorrer do tempo. Como resultado da ampla pesquisa que a autora realizou em censos demográficos que cobrem esse período, podemos ver que o caráter nuclear da família, isto é, o casal heterossexual com filhos, é predominante em nosso país – são pouco mais de 50% dos arranjos domésticos no ano de 1995, último ano de consulta em seu trabalho –, embora o tamanho da família, em particular o número de filhos, tenha diminuído no decorrer do século XX.

Nós encontramos a mesma predominância da família nuclear monogâmica em grande parte das sociedades humanas, nas quais o número de homens e de mulheres tende sempre a equiparar-se, a não ser em casos excepcionais, como na guerra, que pode dizimar boa parte da população masculina, ou do assassinato de crianças de um dos sexos, como é o caso citado por Claude Lévi-Strauss (1986) no texto "A família", do infanticídio das meninas entre os Toda, no século XIX. Nesse texto, em que Lévi-Strauss realiza uma síntese antropológico-estrutural dos achados etnológicos sobre famílias em diversas sociedades humanas, ele nos diz que,

[...] ao percorrer o imenso repertório das sociedades humanas, sobre as quais possuímos informações desde Heródoto, tudo quanto se possa dizer, do ponto de vista que nos interessa, é que a família conjugal surge nelas com muita frequência. (p.75)

Esse é um achado importante da moderna etnografia, da qual Lévi-Strauss foi pesquisador e pensador revolucionário. Ele não apenas reuniu um imenso conjunto de dados sobre arranjos familiares em diferentes sociedades, como buscou construir os modelos estruturais que regulam seus arranjos e manifestações singulares, chegando a descrevê-los em complexa linguagem matemática. O acúmulo de dados propiciado pela pesquisa etnográfica acabou por mostrar que o gênero de família caracterizado, nas sociedades contemporâneas, pelo

casamento monogâmico, pela residência independente dos jovens esposos, pelas relações afetivas entre pais e filhos, etc. também existe nitidamente nas sociedades que permaneceram num nível cultural que julgamos rudimentar. De tal magnitude é a incidência desse arranjo, realizado de formas variadas em diferentes sociedades, que Lévi-Strauss pergunta-se: "se a universalidade da família [nuclear] não é o efeito de uma lei natural, como explicar que a encontremos por quase todo lado?" Não se trata de uma lei natural, porque a simples existência de outros arranjos familiares, tais como a poligamia, impede tal explicação. Trata-se, portanto, de um arranjo que compartilha com a natureza seu caráter universal, mas que é fenômeno social, cultural, manifesto na diversidade de suas formas. Em busca da explicação para a prevalência de tal arranjo, ele começa por defini-lo, construindo um modelo reduzido de algumas de suas propriedades invariantes que serviria para descrever toda família, independentemente de sua localização espacial ou temporal. São essas propriedades:

1. A família tem origem no casamento.
2. Ela inclui o marido, a mulher e os filhos nascidos de sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes podem, eventualmente, agregar-se.
3. Os membros da família estão unidos entre si por:
 - a) laços jurídicos;
 - b) direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa ou outra;

c) uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afeto, o respeito, o medo etc.

Este modelo abarca uma diversidade enorme de configurações familiares, compreendendo-as todas como lugar de intersecção, de entrecruzamento de laços de natureza biológica, consanguínea – como os criados com o nascimento dos filhos – e social – como o originado no casamento, vínculo de aliança regulado socialmente.

A família inicia-se com o casamento. Toda sociedade, segundo Lévi-Strauss, impõe uma distinção entre o casamento, laço legal, socialmente aprovado, e as uniões temporárias ou permanentes resultantes da violência ou do consentimento. E, em seu conjunto, todas as sociedades atribuem um grande valor ao estado conjugal, sendo o celibato condenável para a maior parte delas.

É que, em sociedades nas quais reina a divisão do trabalho entre os sexos e em que só o estado conjugal permite ao homem gozar dos produtos do trabalho feminino, um solteiro é somente metade de um ser humano. (1986, p. 79)

Marido e esposa, oriundos de famílias diferentes, unem-se muito menos, de acordo com o autor, devido a preocupações de ordem sexual do que econômica. Diz ele:

[...] são as preocupações de ordem econômica que desempenham um papel de primeiro plano, pois é sobretudo a divisão do trabalho entre os sexos que torna o casamento indispensável. (p. 84)

A divisão do trabalho institui um estado de dependência recíproca entre os sexos. Evidentemente, é preciso aqui distinguir o fato da divisão do trabalho entre os sexos de suas diferentes modalidades, que dependem de fatores sociais, econômicos e culturais.

É interessante aqui confrontar a leitura sobre a origem do casamento feita por Lévi-Strauss – que o assenta, como dissemos, em necessidades de ordem econômica, ligadas à divisão do trabalho entre os sexos –, daquela feita por Freud (1976e) em *Totem e tabu*, segundo a qual é o reconhecimento por parte do homem de suas necessidades sexuais e afetivas contínuas e, por parte da mulher, de sua necessidade de proteção para poder manter junto de si a sua cria, que daria origem ao casamento e à família. As duas leituras focalizam diferentes ordens de necessidades humanas. A primeira destaca seus fundamentos sociais e econômicos, a segunda as demandas sexuais e afetivas de homens e mulheres que casam e se organizam em famílias. Evidentemente, estas diferentes ordens de necessidades estão interligadas, já que tanto as tarefas associadas às mulheres quanto aquelas desempenhadas pelos homens atendem de forma conjunta e indissociável necessidades materiais e afetivas.

não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade — pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos de consanguinidade — e o processo natural da filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança. (1986, p. 88)

No capítulo XXIX de *Estruturas elementares do parentesco* (1976), Lévi-Strauss, após um percurso minucioso por diferentes sistemas de parentesco dos quais busca descrever as lógicas de funcionamento, sintetiza os princípios gerais do parentesco, evitando as narrativas singulares que os configuram. Ali ele mostra que há um sistema de trocas na origem das regras do casamento. A troca entre famílias é a base fundamental e comum de todas as modalidades da instituição matrimonial. Essa troca é assegurada pela proibição do incesto, que se estende a todos os homens: a liberdade de casar com alguém de fora da própria família — a exogamia — está assegurada pela extensão a todos os homens de uma proibição semelhante à que afeta cada um deles em particular — a de casar-se com alguém de sua própria família, a mãe ou a irmã na maior parte das sociedades, mas que se estende a uniões entre pessoas com graus diversos de parentesco (como o casamento entre primos, tios e sobrinhas etc.), na dependência de cada grupo social. Por detrás da expressão superficialmente negativa da regra da exogamia — negativa porque proíbe o casamento nos graus interditos —, há a garantia da troca, da circulação total e contínua dos bens do grupo por excelência, que são as mulheres e suas filhas.

O casamento dá origem a uma família. Ao unir-se um homem oriundo de uma família a uma mulher de outra, são as famílias que se enlaçam, para constituir um novo agrupamento familiar. "São antes as famílias que produzem o casamento, principal meio socialmente aprovado de que dispõem para se aliarem umas às outras" (p. 80). Para Lévi-Strauss, o casamento não é, como o senso comum costuma conceber, um assunto privado, união de indivíduos. O casamento une grupos, famílias, que, através dele, trocam esposas. É, deste modo, instituição privilegiada, que garante que os grupos familiares não se fechem sobre si, provendo apenas em seu interior as necessidades pessoais de seus membros, mas tenham que abrir para outros grupos, para com eles garantir sua sobrevivência. Assim, porque depende para a sua formação de uma sociedade constituída por outras famílias que a precedem, que podemos dizer que a família não se constitui por uma união natural, biológica. Ela é instituição social, regula-se socialmente e cumpre função essencial para a manutenção e coesão da sociedade, integrando as unidades familiares parciais no interior da comunidade maior e evitando o fracionamento social que poderia advir de casamentos consanguíneos, feitos em grupos fechados. Diz Lévi-Strauss:

[...] em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias, prontas a fornecer, uma um homem, outra uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira família, e assim indefinidamente... entre os humanos, uma família

A proibição do incesto é menos uma regra que proíbe casar com a mãe, a irmã ou a filha do que uma regra que obriga a dar a outrem a mãe, a irmã ou a filha. Os homens trocam palavras e mulheres, tendo ambas a função fundamental de comunicação com o outro e de integração do grupo. "Se sou um indígena e encontro um outro indígena, este deve ser ou meu parente ou meu inimigo... não há meio termo". Através do casamento, os estrangeiros tornam-se parentes e garantem, assim, a cooperação mútua. "Como se costuma dizer na Nova Guiné, o casamento tem menos por objetivo a procura de uma esposa do que o de obter cunhados" (p. 80). Lévi-Strauss contrapõe a relação de irmãos à de cunhados: a primeira estaria baseada num vínculo de solidariedade mecânica, fundamentada na semelhança entre os irmãos, sendo seu modelo fornecido pela natureza. A segunda constitui um vínculo de solidariedade orgânica, social, que tem uma eficácia funcional. Por meio da proibição do incesto, portanto, faz-se a passagem dos vínculos naturais para os vínculos de aliança, da natureza para a cultura, assegurando o domínio dos laços sociais sobre os biológicos. Só as instituições humanas, à diferença dos animais, põem sistematicamente em prática regras negativas, proibições, para criar laços sociais. É o grupo social que conta, a sua perpetuação, não a família elementar. Esta deve ser transitória, tolerada socialmente porque provê as necessidades básicas de seus membros, porque somos um corpo e precisamos comer, agasalhar-nos, unir-nos sexualmente, vivermos em intimidade. A família é o reduto onde grande parte dos homens pode ver

atendidas essas necessidades. Mas os vínculos de dependência que ali se constituem e perduram por um bom tempo na vida de cada um de nós devem contribuir para a sua própria dissolução, para que possamos tornar-nos independentes da família de origem e vir a criar outra, numa sucessão infinita de famílias. "Em todos os casos, as palavras das Escrituras — 'Deixará o teu pai e a tua mãe' — fornecem a regra de ouro ao estado da sociedade" (p. 97).

Lévi-Strauss afirma assim que a proibição do incesto é um fenômeno social, não podendo ser reduzido à biologia nem à afetividade que circula no interior da família. Os sentimentos contraditórios vividos na relação entre pais e filhos — o amálgama de amor e ódio, respeito, rivalidade, ciúmes e temor de que tratávamos ao falar do complexo de Édipo, tal como descrito por Freud — só são incompatíveis, segundo Lévi-Strauss, em função do papel cultural que a família é levada a desempenhar, e que se deve sobrepor e conter os desejos e afetos pessoais. Mas as ideias de Lévi-Strauss e Freud quanto à função da proibição do incesto não são incompatíveis. Talvez mais correto seria dizer que, enquanto o primeiro estabelece o valor funcional dessa proibição para a preservação e perpetuação dos grupos sociais, Freud acentua o seu valor central na constituição psíquica dos homens. Para ambos, essa proibição é a regra fundamental que permite a passagem do âmbito da natureza para a cultura, servindo de base para todas as regras do convívio social.

Ao propor um modelo estrutural para compreender o sentido da formação dos grupos familiares e sua função primordial na

perpetuação dos grupos sociais, Lévi-Strauss permite-nos aproximar famílias de diferentes lugares e diferentes momentos da história a partir das semelhanças de seus arranjos e de suas regras de funcionamento. Outro vértice de estudos da família, realizado pela sociologia e pela história, ensina-nos sobre os processos de transformação que são continuamente impostos aos agrupamentos familiares a partir das mudanças sócio-político-econômicas das sociedades em que estão inseridos,⁶ e nos alerta sobre a importância de levar em consideração, quando examinamos dinâmicas familiares, os fatores socioeconômicos com que cada família tem que se haver para sobreviver e cuidar de seus membros em espaços e tempos sociais determinados historicamente. Em meados do século XX, Adorno e Horkheimer (1973), pesquisadores da Escola de Estudos Sociais de Frankfurt, na Alemanha, pensaram a especificidade dos processos que afetavam, naquele momento, a família ocidental a partir de uma teoria crítica da vida social que procurou integrar as concepções materialista-históricas advindas do marxismo a uma compreensão do homem advinda principalmente da teoria freudiana. No texto "Família", que faz parte da coletânea *Temas básicos da sociologia*, eles mostram como as formulações de Freud sobre o nascimento, desenvolvimento e adoecimento da psique pressupõem uma determinada concepção de família como instituição socialmente definida, inserida num universo cultural que compreende regras e valores estabelecidos. E, apesar de as formulações de Freud terem um caráter universal – possivelmente por isto ele tenha escolhido nomes da mitologia grega

para punhar os seus achados, tais como Édipo, Eros, Tánatos etc., a fim de vinculá-los a uma concepção que abrange a totalidade do cosmo –, esses estudiosos mostraram as relações entre o seu pensamento e as condições sociais específicas de sua produção, ou seja, a sociedade burguesa de fins do século XIX, cuja organização familiar predominante era monogâmica e patriarcal, sendo o pai, o *pater familias*, detentor da propriedade e autoridade máxima dentro da família. O filho identificava-se com essa figura de poder, a quem amava e temia.

Assim, a criança, que na força paterna baseava as suas próprias instâncias morais e, portanto, a sua própria consciência, para aprender, por último, a respeitar e amar quem se apresentava ao seu intelecto como efetivamente existente, aprendia também a relação burguesa de autoridade e já não apenas o referente à esfera da família. A família convertera-se em agente da sociedade; era o veículo pelo qual os filhos aprendiam a adaptação social; formava os homens tal como eles tinham de ser para cumprir as tarefas impostas pelo sistema social. (p. 138-139)

Adorno e Horkheimer mostram a família burguesa como instância do processo de adaptação à sociedade capitalista, já que somente a autoridade que adquire corpo na família – através das relações de sangue e dos desejos e temores que circulam em seu interior – pôde inculcar nos homens as forças que lhes eram indispensáveis para reproduzir, nas condições de assalariados separados do poder de controle sobre os meios

de produção, a sua força de trabalho e, por conseguinte, a sua própria vida. Os autores descreveram também a crise da família burguesa, resultante das profundas transformações econômicas que ocorreram no mundo ocidental nas primeiras décadas do século XX e que resultaram, em alguns países, em empobrecimento de grande parte da população.

Enquanto a família assegurava proteção e conforto aos seus membros, a autoridade familiar encontrava sua justificação.

Mais do que isso: a propriedade hereditária constituía, por si só, um sólido motivo de obediência por parte dos herdeiros [...]. Quando a propriedade burguesa foi destruída num número cada vez maior de famílias, o conceito de herança foi esvaziado de todo sentido. Também como autoridade do tabu sexual a autoridade da família vê enfraquecer o seu domínio. Como a família já não garante, de forma segura, a vida material dos seus membros nem pode proteger suficientemente o indivíduo contra o mundo externo, que exerce uma pressão cada vez mais inexorável, ela é impotente para fazer respeitar as normas sexuais tradicionalmente impostas. Vacila o equilíbrio de equivalências entre o que a família exige e o que ela dá... (p. 140-141)

A família cumpria cada vez menos sua função de instituição de aprendizagem e educação. Os pais já não tinham mais um patrimônio cultural e de experiências que pudesse ser transmitido. A família burguesa, que, segundo Adorno e Horkheimer,

serviu de modelo para as formulações de Freud, já passava por uma crise profunda no momento em que ele formulava as suas teorias. E a psicanálise, ao penetrar os interstícios dessa família, contribuiu, a nosso ver, para trazer à luz essa crise. Adorno e Horkheimer reveem toda a dinâmica do complexo de Édipo à luz dessa nova configuração social, na qual o pai já não se apresenta diante do filho como a figura idealizada, amada e temida que Freud descreve quando tem em mente o pai da família burguesa plenamente estabelecida.

No texto desses autores, fica clara a necessidade, tal como nos referimos há pouco, de integrar o entendimento dos processos sociais na compreensão das mudanças pelas quais passa a família na atualidade. A família é uma instituição social, cumpre uma função fundamental na manutenção do tecido social e é diretamente afetada em seu interior pelas mudanças sociais mais amplas. Essas considerações não podem escapar à nossa atenção quando pensamos a família a partir de suas dinâmicas internas de funcionamento. Não podemos isolá-la de seu contexto social mais amplo, a partir do qual ela deve ser compreendida, mas integrá-la às reflexões de um processo de investigação e pesquisa que nos permita adentrar as tramas das relações familiares, tal como faremos nos capítulos que se seguem.

A FAMÍLIA NO CAMPO DA PSICOLOGIA: A ABORDAGEM SISTÊMICA

Os primeiros trabalhos que tomaram a família como unidade de pesquisa e intervenção dentro do campo dos estudos psicológicos ocorreram em meados do século XX, alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, em diferentes países do mundo ocidental – Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, para citar alguns dos núcleos iniciais mais importantes na produção desses trabalhos. A partir do impacto da brutalidade do extermínio humano em massa durante a guerra e de uma vasta reflexão sobre a barbárie a que conduziram os progressos da civilização, movimentos sociais avançados, dentre eles os nomeados de contracultura, questionaram e denunciaram os malefícios que o meio social pode produzir aos homens. O livro de Freud (1976b) *O mal-estar na civilização*, escrito em 1930, foi uma das obras que contribuíram para a reflexão sobre o adoecimento psíquico resultante dos mecanismos repressivos impostos pelas instituições sociais. Esse processo de reflexão e questionamento, que incidiu em todos os campos da cultura

— nas universidades, nas artes, nas relações de gênero, na educação de crianças, nos costumes etc. — implicou uma profunda revisão das instituições, no que elas têm de irracionais, autoritárias, repressivas e enlouquecedoras. A família não escapou a esse exame, na qualidade de instituição em que se dão os primeiros processos de socialização, que insere os homens numa língua, numa determinada concepção de mundo, numa cultura. É o que vemos nas reflexões de Adorno e Horkheimer. Não só a figura do pai foi posta em questão, mas toda a família ficou sob suspeita e, a partir de um pano de fundo de entendimento do homem como produto de seu meio social, passou a ser investigada tanto em seu potencial de promover o desenvolvimento quanto de provocar o adoecimento.

No campo da psiquiatria, ampliou-se nesse período a ideia de que não é possível compreender e tratar o paciente portador de transtornos mentais sem que se leve em consideração e, trate também a sua família, como parte implicada no sofrimento. Assim, a partir da década de 1950, em Palo Alto, Califórnia, um grupo de pesquisadores coordenados pelo antropólogo Gregory Bateson realizou estudos e intervenções com pacientes esquizofrênicos tendo como ferramentas as concepções desenvolvidas pela teoria geral dos sistemas — campo de estudos da cibernética — e dos processos de comunicação humana, aplicadas às famílias destes pacientes. De acordo com estas concepções, o doente mental teria que ser pensado e tratado como parte de um sistema, o sistema familiar, que funcionaria a partir de regras explícitas e implícitas que o organizam e fornecem

sentidos a comportamentos, modos de perceber e pensar e também de adoecer dos seus membros. Nesse sistema, cada parte, cada membro da família tem sua localização dada pelas relações que estabelece com as outras partes. Estas relações dão sentido também à função de cada um no interior do sistema e nas interações que se estabelecem entre este sistema e outros com os quais se articula. A patologia mental, localizada num dos membros, manteria certos padrões estáveis de relação com determinados modos de interação na família que favoreceriam o adoecimento — as condutas patológicas pensadas como condutas adequadas a um meio familiar patológico — e não seria possível tratar o doente mental sem intervir e transformar os modos de interação em família.

São algumas das propriedades gerais dos sistemas familiares:

- a) a totalidade e seu corolário, a *não somatividade*, ou seja, a família não é a soma de seus membros, mas todos eles formam um todo, no qual a modificação de um induz à do restante;
- b) a homeostase, isto é, o estado de equilíbrio do sistema e sua tendência à correção e retorno ao estado inicial através de mecanismos diversos que atendem a esta finalidade;
- c) a equifinalidade, ou seja, o fato de que o estado do sistema familiar explica-se pela natureza de suas relações internas e externas, independentemente da história de construção dessas relações.

Dessas concepções derivaram-se novas terapêuticas que tomaram a família como paciente, isto é, como totalidade a ser examinada. O tratamento do doente mental não se poderia desenvolver se as formas de funcionamento da família não fossem revistas pelo grupo. O paciente identificado é parte do grupo familiar e sua enfermidade cumpre um papel equilibrador dentro deste sistema. Ele pôde ser visto, assim, como um bode expiatório, depositário e, por isso mesmo, também portador das patologias do grupo familiar a que pertence. E todo o esforço dos pesquisadores e terapeutas que se debruçaram sobre a família a partir dessas concepções foi o de identificar as formas de interação e de comunicação recorrentes nas famílias de pacientes com transtornos mentais, particularmente esquizofrênicos. Em especial as terapias familiares de abordagem sistêmica desenvolveram-se acumulando técnicas de intervenção nas formas de relação e nos padrões de comunicação no interior da família, com vistas a produzir modificações.

Um dos padrões recorrentes de interação encontrados, que estaria na base do funcionamento esquizofrênico, é o que Bateson e colaboradores nomearam de *dúplio vínculo*, isto é, uma sequência repetitiva em família na qual um enunciado negativo emitido por um dos pais — por exemplo, "não faça isto ou eu te castigarei" — é contradito por outro enunciado, em geral mais abstrato, também reforçado por castigos ou sinais que põem de algum modo em perigo a sobrevivência do filho. Esse segundo enunciado pode ser transmitido por meios não verbais. São utilizados a postura, o gesto, o tom da voz etc.,

e o conteúdo desse enunciado pode incluir uma variedade de possibilidades, como "não veja isto como um castigo" ou "não te submetas às minhas proibições", etc. O receptor desse *dúplio* enunciado se vê preso em uma situação na qual a outra pessoa expressa duas ordens de mensagens, sendo que uma delas nega a outra. Um terceiro enunciado implícito proíbe que a vítima escape da situação. É o caso, por exemplo, quando o receptor é uma criança ou um adolescente, que depende dos adultos emissores das mensagens para sobreviver. Como esse pode ser um modo recorrente de comunicação no interior da família, em especial na relação entre pais e filhos, estes últimos aprenderiam a perceber o seu universo em padrões de tipo *dúplio vínculo*, que impõem a cisão da percepção e da compreensão, constituindo necessidades imperiosas de cindir também outras relações pessoais. Através desses modos de comunicação e interação, a família ofereceria modelos contraditórios de identificação, impossíveis de integrar.

Surgiam assim novas explicações para a doença mental, a partir de referenciais de compreensão distintos da psiquiatria tradicional — focada no indivíduo, nos fenômenos intrapsíquicos — e exigindo formas de abordagem terapêuticas também distintas. No caso do *dúplio vínculo*, fica claro que é preciso intervir nos padrões de comunicação recorrentes no interior das relações familiares para produzir transformações nas causas do transtorno, diminuindo os processos de cisão que caracterizam, entre outras patologias, a esquizofrenia.

Outro conceito formulado a partir da abordagem sistêmica por Lyman Wynne (1974) e colaboradores, e que se mostrou fértil na clínica com famílias, é o de *pseudomutualidade*. Os autores assim nomearam um esforço de adequação realizado à custa de uma impossibilidade de diferenciação identitária entre as pessoas que participam da relação. Nas relações caracterizadas pela *mutualidade*, cada pessoa traz um sentido de sua própria identidade significativa que é positivamente valorizado e, a partir da experiência ou participação conjunta, desenvolver-se-ia o reconhecimento mútuo da identidade de cada um, o que inclui o reconhecimento das capacidades e das potencialidades do outro. Na pseudomutualidade, ao contrário, a tensão despertada por uma divergência ou independência de expectativas é experimentada como algo que pode destruir a relação, o que implica a configuração de um dilema: a divergência é percebida como um fator de ameaça à relação, o que torna necessário evitá-la, mas, ao evitar a divergência, a relação não se pode desenvolver. Nas interações familiares, a necessidade permanente de transitar entre as relações pode proporcionar possibilidades ricas de mutualidade ou mecanismos mais complexos para manter a pseudomutualidade. No episódio esquizofrênico agudo, segundo esses autores, poderiam encontrar-se representações da fratura da pseudomutualidade, a tentativa de restaurá-la e o êxito de um tipo distorcido de individuação. Os sintomas representariam, dentro dessa concepção,

[...] uma transação entre a expressão de individuação e a impossibilidade de alcançá-la, entre a aceitação de um papel familiar particular e a não aceitação, entre o êxito da relação e a sua destruição. (p. 153)

Entre os mecanismos utilizados pela família para manter seu equilíbrio psíquico, próprios das interações pseudomutuais, pode-se encontrar uma generalidade de mitos, lendas e ideologias, todos eles enfatizando ou sugerindo as consequências catastróficas de uma divergência abertamente reconhecida a respeito de uma determinada estrutura fixa de papéis familiares. O artigo de Antonio Ferreira (1974) sobre mitos familiares foi seminal, no sentido de trazer para o campo dos estudos de família a noção de mito, tal como utilizada de longa data nos estudos antropológicos. Segundo o autor, o conceito de mito familiar refere-se a uma série de crenças sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família a respeito de seus papéis mútuos e da natureza de suas relações. Os mitos familiares são compartilhados e apoiados por todos os membros, como se tratassem de verdades para além de qualquer desafio ou investigação e, para as interações no interior da família, têm um valor econômico preciso: uma vez que são compartilhados por todos os membros da família sem discussão, promovem rituais e áreas pacíficas de acordo direto e automático. Em sua manifestação implícita, são verdadeiros programas de ação que poupam qualquer pensamento ou elaboração posterior. Em seu conteúdo, o mito familiar pode parecer referido a uma só

pessoa ou a duas em particular, mas de fato sempre se refere a toda a família, determinando a conduta de todos os membros.

Uma vez que o mito se torna operativo, ele permanece como um aspecto integral da relação, funcionando como força ordenadora, como um amortizador frente a mudanças. Em sua função de defesa do grupo, promove a homeostase e a estabilidade da relação, tendendo a formar parte da imagem interna da família. Para o terapeuta ou para qualquer outro estranho, o mito pode parecer irracional ou irreal; os membros, no entanto, o percebem não apenas como emocionalmente indispensável, mas como parte integral de sua realidade.

Poderíamos compreender como uma dimensão mítica da dinâmica familiar o que frequentemente observamos em famílias na qual o pai é alcoólico. Este fato coloca-o, no mais das vezes, como forte candidato a ser o depositário das mazelas familiares e alguém continuamente necessitado do cuidado dos outros familiares. Identificado como bêbado ele permite, no entanto, que os demais se vejam como sãos. Como fraco, permite ao grupo ver-se forte, ainda que tendo que lidar com a angústia e os transtornos advindos dessa situação. Os ambulatórios de psiquiatria recebem com frequência casais nos quais, a um marido alcoólico, fraco e inadequado, corresponde uma mulher forte, batalhadora, que toma para si todos os cuidados da casa. À primeira vista, podemos-nos perguntar sobre o que faz uma mulher tão capaz e independente com um homem tão fraco e dependente dela. Mas um exame mais detido permite ver que essa dinâmica atende a necessidades psíquicas de ambos, sendo um dos dois, o marido, objeto da tolerância e do cuidado,

e o outro, a esposa, fortalecida narcisicamente em seu lugar de tolerante e cuidadora. Esse é um elemento importante de ligação do casal, mantenedor de certo equilíbrio psíquico que se dá apesar do sofrimento implicado.

A partir da análise dos mitos familiares é possível ter indícios da estrutura de relações que regulam o funcionamento familiar e sua dinâmica emocional. É a partir do interior dessa estrutura que a família oferece interpretações de si própria, do mundo e de seus acontecimentos significativos, servindo-se e limitando-se pelos significados culturais e temporais advindos do contexto social mais amplo do qual faz parte.

Uma característica importante da abordagem sistêmica, da qual procuramos aqui descrever alguns conceitos, é o fato de considerar que se pode intervir nos padrões relacionais e comunicativos no interior da família, atendo-se à atualidade dessas relações e propondo mudanças a partir de concepções normativas que ignoram ou fazem *tabula rasa* da história familiar. Aqui não se busca a origem dos padrões de relacionamento observados, mas se propõe a mudança de comportamentos e de formas de comunicação por meio de técnicas terapêuticas variadas de intervenção. Um exemplo muito interessante desta forma de abordar modos de funcionamento familiar foi um trabalho de intervenção e pesquisa realizado por uma equipe de psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e assistentes sociais coordenados por Salvador Minuchin (1967) com famílias portorriquenhas e negras em Nova York, na década de 50 do século passado. O estudo, apresentado no livro *Families of the Slums*, comparou famílias com filhos adolescentes que se tinham

envolvido em episódios delinquentiais com outras famílias, de características socioeconômicas semelhantes, cujos filhos não se tinham envolvido em experiências desse tipo. A equipe de Minuchin atendeu a ambos os grupos de famílias com a hipótese de que se poderia encontrar, nos padrões de interação e comunicação no interior das famílias, a origem para as condutas delinquentes. Ou seja, de que nas famílias com adolescentes delinquentes haveria, no lugar de uma comunicação verbal mais plena dos afetos, formas de comunicação que recorreriam frequentemente ao ato violento, por não disporem de outras possibilidades expressivas. A partir dessa hipótese, urgia realizar um trabalho com as famílias no sentido de possibilitar e incrementar o diálogo entre seus membros, de forma a desenvolverem outras formas de comunicação, particularmente a comunicação verbal. É um trabalho interessante de ser examinado principalmente pela diversidade das formas de intervenção que os autores encontraram para que a família pudesse conversar e observar a si própria em seus modos de funcionamento.

Os princípios gerais da teoria dos sistemas e dos processos de comunicação humana aplicados ao trabalho com famílias trouxeram contribuições fundamentais, e todos os desenvolvimentos que se fizeram no campo das terapias de família, incluindo aqueles realizados dentro do campo da psicanálise, levaram em consideração e incorporaram esses princípios, especialmente ao tomarem o todo familiar como unidade de tratamento, tendo o foco na qualidade das interações que se dão em seu interior e em suas relações com o exterior.

3.

A PSICANÁLISE DA FAMÍLIA

À concepção da família como um sistema, os psicanalistas que se voltaram para o atendimento do grupo familiar agregaram importantes contribuições a partir das realizações teóricas e técnicas desenvolvidas no interior do campo psicanalítico. Embora os diferentes autores, a partir de suas escolas de referência, tenham elaborado diferentes formas de perceber e tratar a família, há alguns elementos comuns fundamentais que os norteiam e que caracterizam seus trabalhos como estando plenamente inseridos dentro do campo psicanalítico. Esses elementos são os mesmos que estruturam o trabalho psicanalítico com o paciente individual. O que permite fazer essa passagem do individual para o grupo familiar é a ideia de que, em ambos os casos, trata-se de operações psíquicas que pretendem dar conta de algum tipo de regulação emocional, com o fim de permitir certo equilíbrio homeostático do organismo, quer seja este um indivíduo ou uma família. Tanto no indivíduo como na família há partes que têm que se haver umas com as outras e que exigem trabalho psíquico para esse convívio sempre difícil.

Na investigação psicanalítica, em primeiro lugar, é preciso levar em consideração a existência de uma parte do funcionamento mental que é inconsciente, ou seja, o conhecimento, advindo das descobertas psicanalíticas de Freud, de que todo gesto e toda palavra humana têm sentidos que escapam à consciência de quem os produz e os exprime. A concepção do que é inconsciente varia segundo as diferentes escolas psicanalíticas, desde considerá-lo como um depósito de experiências sexuais infantis reprimidas, tal como exposto por Freud em seus primeiros trabalhos, até como a configuração de um mundo interno feito de objetos — pessoas e partes de pessoas — e das relações entre estes objetos, tal como derivado das teorizações de Melanie Klein, ou ainda como um inconsciente estrutural, isto é, um conjunto de leis que regulam e determinam o funcionamento mental, tal como proposto numa concepção estrutural do aparelho psíquico. Não é aqui o lugar de adentrar uma discussão sobre estes diversos modos de conceber o inconsciente, mas apenas de assinalar o fato fundamental de que a psicanálise da família vai interessar-se pelo significado inconsciente da experiência que os membros da família têm da vida em família. Portanto, os comportamentos e os padrões de relacionamento e de comunicação entre os membros de uma família serão tomados como experiências expressivas que constituirão a matéria de reflexão no trabalho psicanalítico com famílias. Do ponto de vista psicanalítico, a família é um grupo de pessoas caracterizado pela natureza das interações entre os seus membros e pelos processos dinâmicos inconscientes

que estão na base de seus laços manifestos. Todos os psicanalistas concordam que esses processos são precoces em sua origem e estabelecem importantes ligações entre as gerações. A terapia psicanalítica da família buscará constituir-se como um espaço grupal construído entre a família e o terapeuta onde esses processos poderão ser examinados e seus sentidos terão a possibilidade de exprimir-se, para que se possa entrar em contato e pensar sobre eles. Tal como na psicanálise individual, é o exame do que acontece na situação psicanalítica, entre a família e o terapeuta, que poderá iluminar aspectos dos modos de relacionamento entre os familiares, os lugares ocupados por cada um deles e os processos dinâmicos que mobilizam ou impedem as relações e transações. Como em toda psicanálise também, o terapeuta é parte do campo emocional criado na análise, sofre as pressões desse campo e contribui para determinar, por seu lugar e pelas fantasias e expectativas em relação a ele, os acontecimentos nesse campo. Cabe aqui de modo particularmente feliz a expressão cunhada por Betty Joseph, psicanalista da escola kleiniana, sobre a transferência como *situação total*, uma vez que, no trabalho psicanalítico com o grupo familiar, estarão incluídos e deverão ser levados em consideração todos os fenômenos atinentes ao processo: as presenças e ausências de todos os membros, o modo de a família organizar-se para vir às sessões, quem traz e quem é trazido, o momento e o modo como chegam, como se organizam na sala, como sentam e se movimentam diante do terapeuta, quem fala e

quem cala, quem escuta quem, as adesões do grupo ao trabalho terapêutico etc. Vale aqui uma vez mais ressaltar que, trabalhando a família como uma totalidade da qual todos os membros são partes, na terapia familiar, as expressões de cada um serão sempre referidas ao grupo, como indicações do modo de funcionamento psíquico do conjunto. Portanto, as manifestações individuais serão tratadas aqui de modo diferente da psicanálise individual, na qual oferecem elementos para a compreensão do funcionamento psíquico individual, a cada momento da sessão.

Um exemplo importante do que estamos dizendo ocorre com o sonho. Quando é relatado no interior da relação analítica clássica, entre paciente e analista, o sonho surge como indicador importante das vicissitudes pelas quais passa a relação no momento de seu relato. Ele é expressivo da situação transferencial, tal como está sendo vivida pelo paciente. É o modo pelo qual este dá a conhecer ao analista, metaforicamente, sua experiência emocional na e da análise. Ao mesmo tempo, porque a transferência é atualização do modo de ser psíquico do paciente em contínuo processo de mudança na sua relação com o analista, o trabalho transferencial com o sonho informa sobre esse modo de ser, sobre o estado atual do mundo interno do paciente, que tende a organizar-se segundo padrões recorrentes, que se dão assim a conhecer. Esta é, em linhas gerais, a forma pela qual o sonho é compreendido e trabalhado na psicanálise individual. Na psicanálise da família, o relato do sonho, seja quem for que o traga, será tomado como expressão e inferência sobre

o modo de funcionamento psíquico do grupo familiar – as fantasias e ansiedades que circulam nas interações entre os membros, em grande parte de forma inconsciente, e os modos pelos quais o grupo organiza-se, também inconscientemente, para lidar com elas. O sonhador traz o sonho para o campo da terapia familiar, onde ganhará sentidos próprios de sua emergência nesse contexto. É comum que outros familiares façam associações ao sonho, construindo juntos uma compreensão de seus sentidos possíveis. O terapeuta de família também convida às associações, seja pedindo-as explicitamente a todos, seja quando, a partir dos movimentos transferenciais e contratransferenciais, produz interpretações através das quais elementos do sonho iluminam aspectos do aqui-e-agora da interação familiar no campo terapêutico. Nesse contexto, diz Luiz Meyer (2002), "o sonho é a revelação de uma postura coletiva" (p. 205). O autor faz o relato da análise de uma família, da qual extrairé um trecho que ilustra o que estamos querendo dizer a respeito da especificidade deste trabalho com o sonho:

Na verdade, não me lembro mesmo quem o sonhou, mas ele foi, acredito, narrado por Saul [o filho do meio] e complementado pela mãe, já que ambos haviam conversado sobre o mesmo antes da sessão. O pai também interveio em vários momentos, trazendo associações. No sonho, estão presentes Miguel [o filho mais velho] (ou Saul?), a mãe e Maria. Parece que a mãe e Maria caminham juntas, e Miguel (ou Saul), mais atrás. Num certo momento, Maria olha para Miguel

(ou Saul) de modo muito ameaçador. Saul diz: "No sonho, Maria vestia uma roupa fluorescente, digo, florida". [...] As associações se prendem à figura de Maria. Esta fora por muito tempo empregada de um casal vizinho da família. Há alguns anos, num fim de semana, a filha única desse casal, seu marido e os dois filhos morreram todos num acidente de aviação ocorrido durante a aterrissagem no aeroporto de uma cidade do interior do estado. Maria fora passar esse fim-de-semana fora e os pais da minha família se encarregaram de recebê-la, informá-la sobre o acontecido e levá-la até a estação rodoviária para juntar-se a seus patrões no local do acidente. Recordam o dia em detalhes e como, a sós, à noite, choraram muito. Acrescentam que 11 meses depois Maria também viria a morrer, vítima de um ataque cardíaco. Conversam espontaneamente entre si: "era uma mulher tão boa, por que será que no sonho olhava de modo tão ameaçador?" Pai e filho especulam um pouco: era um olhar de acusação. Afinal, nem ela nem os pais da vítima viram o acidente, estiveram presentes na hora da morte. Talvez... A mãe começa a chorar; sente que o diálogo entre eles é uma acusação ao seu modo de lidar com os filhos, à sua cegueira. O terapeuta intervém, centrando sua interpretação nos elementos transferenciais presentes, oriundos dos diferentes aspectos identificatórios de Maria. Ela é a boa empregada que vem seguindo a família e dela cuida, trabalhando para manter limpo o seu interior; mas é também o diabo radioativo (o lapso de Saul, que troca "florido" por "fluorescente")

que penetra insidiosamente nesse interior, enviando interpretações raio-destrutivas; é a portadora do escândalo e da desarmonia que os "obriga" a retornar até o local do acidente e ali permanecer. (p. 207-208)

Vemos no relato como, de tão introjetada a ideia de que o sonho serve como expressão do estado do grupo familiar na sessão, o terapeuta nem sabe bem — e parece não se importar — quem o sonho, ou mesmo quem o relatou. Como se aquele que contou o sonho, ou mesmo o sonho, tivesse funcionado como porta-voz do sonho do grupo. Também sobre o filho que está no sonho o terapeuta não tem certeza. É nessa indeterminação que surge para nós o sentido dos lugares intercambiáveis na família, e a noção da circulação da experiência emocional entre os membros. Aqui, Saul, Miguel, não são indivíduos psicológicos isolados, únicos. Eles próprios tomam-se representantes, continentes que se prestam, ora um, ora outro, para fazer falar a dinâmica familiar. Todos associam, o pai também, em busca da apropriação do sentido do sonho. Vemos que as associações falam deles como família — de seus vizinhos, do modo como foram convocados a participar do drama, do acidente que envolve uma família toda etc. — e vão emergindo, através delas, sentidos que remetem às interações entre eles, como quando a mãe sente que o diálogo entre pai e filho é uma acusação à sua cegueira.

A interpretação do terapeuta, por sua vez, tem como coordenadas de sentido a relação transferencial: ele é a Maria, a um

só tempo quem cuida da família e penetra "fluorescentemente" em seu interior, "enviando interpretações raio-destrutivas". Ao acompanhá-los ao local do acidente, força-os a ver a destruição.

Evidente que os modos como cada psicanalista irá mobilizar a transferência, que uso fará dela e de que modos a compreenderá dependem, entre outros fatores, de sua filiação e relação com as diferentes escolas psicanalíticas, que lançaram luz sobre diferentes aspectos do acontecer humano. Mas também aqui, no terreno da técnica da terapia familiar, há certos elementos comuns que caracterizam o trabalho como psicanalítico e que o diferenciam de outras técnicas de terapia familiar. São esses elementos que procuraremos apresentar a seguir.

Sobre a técnica da psicanálise de famílias

Talvez o fundamento central da técnica da terapia familiar psicanalítica é de que a psicanálise da família é uma forma de psicanálise. Isto quer dizer que todas as recomendações feitas para o trabalho com o paciente individual valem também aqui, fundamentalmente porque se trata também de utilizar o método psicanalítico em sua plenitude, levando em consideração, como sempre recomenda esse método, as especificidades do paciente, que, na verdade, em nosso caso é um grupo — o grupo familiar. O terapeuta sustenta-se no método psicanalítico e este é o fio condutor de seu trabalho, ainda que, ao atender famílias, os desafios e as pressões para abrir mão do método sejam

intensas e contínuas. Manter o método psicanalítico significa que o terapeuta está permanentemente numa relação interna tanto com a experiência que vive junto à família quanto com a teoria ou teorias psicanalíticas das quais faz uso em seu trabalho clínico. A experiência — campo do acontecimento singular, que se renova dinamicamente durante todo o processo terapêutico — e a teoria — campo da elaboração do universal, que ata o trabalho de cada terapeuta a um conjunto de saberes instituídos por décadas de reflexão de um conjunto enorme de terapeutas — devem dialogar continuamente, sendo deste diálogo feita a elaboração pessoal do terapeuta sobre o que está ocorrendo na sessão. É a teoria (ou teorias) de que dispõe o terapeuta que fundamenta sua técnica, incluindo sua postura, sua escuta singular dentro do enquadre e cada uma de suas intervenções. Por teoria, estamos compreendendo aqui os fundamentos centrais da abordagem psicanalítica partilhada pelo terapeuta, tanto em suas dimensões de entendimento do sujeito quanto da técnica psicanalítica. Mas não só: no caso do trabalho com famílias, incluímos as noções desenvolvidas no campo da psicanálise da família, que também abrange uma diversidade de abordagens; mas queremos ressaltar a presença determinante das teorias próprias do analista sobre uma diversidade de temas, incluindo aqui principalmente suas noções de ser humano e de família. Cada um de nós, terapeutas, carrega dentro de si conceitos e preconceitos sobre tudo, e as famílias, seus modos de ser e organizar-se, são campos férteis para que teorias conscientes e inconscientes, construídas